

# TITULARIZAÇÃO: PROCESSO DE LUTA PARA O RECONHECIMENTO DE IDENTIDADE QUILOMBOLA DA VILA DE CAETÉ

*Eleici Ramos Chaves<sup>1</sup>*  
*Deusa Maria de Sousa<sup>2</sup>*

## **Resumo**

Este artigo tem como objeto de análise o processo histórico de reconstrução da identidade e reconhecimento oficial da Comunidade Quilombola da Vila de Caeté Abaetetuba-PA, como remanescentes de Quilombo. A Metodologia desta pesquisa está enfocada principalmente nos relatos orais de memória dos moradores da comunidade quilombola da Vila Caeté, para qual foram feitas entrevistas por meio questionário, com uso de gravador para o registro fidedigno das narrativas para essa discussão foram entrevistadas 5 (cinco) pessoas moradoras (as) residentes na comunidade quilombola da Vila de Caeté tais como: senhor Evaristo Ferreira, Amâncio Chaves, Valmir Santana, Robson Santos e Salustriana Nascimento. Desse modo, objetiva-se, prioritariamente, investigar o processo, de transição de "Comunidade Rural" para Comunidade Remanescente de Quilombo.

**Palavras-Chave:** Identidade. Território. Comunidade Quilombola.

## **Abstract**

This article aims to analyze the historical process of reconstruction of the identity and official recognition of the Quilombola Community of Caeté Abaetetuba-PA, as remnants of Quilombo. The Methodology of this research is mainly focused on the oral reports of memory of the residents of the quilombola community of Vila Caeté, for which interviews were conducted through a questionnaire, using a tape recorder to record the narratives for this discussion. Five (5) people were interviewed residents of the quilombola community of Vila de Caeté such as: Mr. Evaristo Ferreira, Amâncio Chaves, Valmir Santana, Robson Santos and Salustriana Nascimento. In this way, the primary objective is to investigate the process of transition from "Rural Community" to the Community Remnants of Quilombo.

**Keywords:** Identity. Territory. Quilombola Community.

## **Introdução**

Essa pesquisa foi importante para a comunidade quilombola da Vila de Caeté a qual faço parte, pois, em particular pude através dessa pesquisa conhecer melhor minha ancestralidade e a nascente de meu quilombo, isto é, consegui me conhecer melhor e dizer quem sou e quem é minha comunidade porque falar de minha comunidade é falar de mim mesma. Cheguei até chorar em alguns momentos ao tomar conhecimento de tantas atrocidades cometidas no passado aos meus ancestrais. Mas acredito que houve mais momentos felizes do que triste, porque a minha geração o meu quilombo conseguiu resistir.

Entretanto, hoje em dia podemos dizer que somos remanescentes de quilombo sem medo de represálias não temos porque ter medo, pois estamos graças a Deus livre para dizer que temos uma identidade cultural rica que muito contribuiu para o desenvolvimento do Brasil ou contribui até hoje. A educação abre um leque de conhecimento e esses conhecimentos que

---

<sup>1</sup> Especialista em Educação do Campo e Extensão Rural/ UFPA – Campus de Abaetetuba-PA.

<sup>2</sup> Doutora em História Cultural e professora Adjunta II/UFPA – Campus de Abaetetuba-PA.

adquiri durante a pesquisa serviu como uma espécie de libertação de alguns fantasmas que apareciam na minha vida como, por exemplo: o medo que eu sentia de ser eu mesma, agora posso dizer que estou mais preparada para ajudar e lutar por dias melhores para meu quilombo. Por isso, sou muito grata a tudo de bom que a universidade me proporcionou principalmente o (re)conhecimento de uma identidade cultural que até então não reconhecia direito o quanto é valiosa.

O presente trabalho desenvolvido na Comunidade de Caeté, distrito de Abaetetuba-PA, tem como objeto de pesquisa a análise sobre o processo de transição de “Comunidade Rural” para Comunidade Remanescente de Quilombo, pois os comunitários movem-se nessa direção devido estarem passando por um processo de construção de sua identidade cultural, ou de autoafirmação como “*Remanescente de Quilombo*”. Assim, a investigação tem por objetivo principal contribuir para a reflexão acerca do processo identitário dessa comunidade tradicional Quilombola, vivido por longos anos, passados de geração em geração pelos moradores da comunidade de Caeté.

A questão territorial da comunidade Caeté é bastante complexa e durante muitos anos vinham ocorrendo diversos conflitos agrários ocorridos, principalmente, pela disputa de terras na região. Desse modo, a história cultural da comunidade encontrava-se em risco de ser ‘apagada ou esquecida’, o que seria extremamente prejudicial à história desse povo. Nesse sentido, este trabalho surgiu da necessidade de verificar o processo de construção da identidade cultural dos moradores da Comunidade de Caeté. Portanto, essa pesquisa se mostra relevante, pois tal estudo da formação identitária de uma comunidade tradicional remanescente de quilombos permite com que a história da comunidade se mantenha fortalecida e interligada a uma identidade cultural quilombola nacional, contribuindo, dessa forma, para a sua resistência.

Este trabalho encontra-se dividido em 3 (três) seções. Na primeira seção, denominada “Identidade Cultural e Formação da Comunidade Quilombola”, buscou-se fazer uma abordagem teórica acerca do fenômeno social identidade. Assim, fez-se um estudo das ideias de alguns pesquisadores ligados à cultura identitária de povos do campo, são eles: Hall (2005), Malcher (2006) e Nascimento (2017). Na segunda seção, é definida a metodologia utilizada neste trabalho, o lócus e os sujeitos da pesquisa parte que trata do levantamento dos dados coletados a partir das entrevistas e registros, seguindo a indagação principal: a) Há quanto você reside na comunidade? / b) Quando a Associação AQUICAETÉ foi fundada? / a partir da qual os informantes passavam a relatar longamente as suas histórias de vida.. Na terceira seção, são apresentados os resultados e as discussões e, por fim, as considerações finais, que reúnem os resultados e respondem ao objetivo da pesquisa.

## **1 Identidade cultural e formação da comunidade quilombola de caeté**

Nos anos de 1998 até 2006, os moradores Caeteenses começaram a discutir a criação da Associação de Identidade Quilombola. Assim, por meio de reuniões com os moradores locais, dialogaram e convenceram a maioria dos moradores sobre a importância de se renunciar a titulação individual, antes recebida para a adesão da titulação coletiva, no intuito de impedir as vendas de terras que avançavam e, principalmente, para possibilitar o coletivo ao acesso às políticas públicas com mais facilidades e garantia de vida melhor para os moradores caeteenses. De 2006 em diante o governo municipal de Abaetetuba por pressão do povo assumiu a comunidade de Caeté prestando assistência em todos os âmbitos legais que lhes eram concedidos de direito.

Para ser reconhecida oficialmente como terra de remanescente de Quilombo, foram feitas várias pesquisas, buscando fazer o levantamento se haviam alguns resquícios existentes na comunidade de Caeté, que pudessem comprovar tal afirmação. Segundo relatos de líderes comunitários locais, mesmo com a comprovação de Caeté enquanto Comunidade Quilombola, a luta em busca do reconhecimento pelo domínio coletivo das terras demorou acontecer, esse processo iniciou-se em 2006 só houve fim em 24 de março de 2018 depois de praticamente 13 anos após a comunidade recebe o Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo, expedido pelo ITERPA – Instituto de Terras do Pará.

A AQUICAETÉ e a Comunidade Eclesial de Base (CEBs) se articulam em reuniões e discutem sobre os trabalhos comunitários e as questões sociais. As reuniões da Associação acontecem todos os segundos domingos de cada mês e a reunião da CEBs acontecem todas as segundas segundas-feiras de cada mês. Na reunião da CEBs não se discutem apenas assuntos religiosos, mas também assuntos de melhorias sociais que possam se concretizar na comunidade essas organizações são de fundamental importância para o desenvolvimento local são consideradas parceiras nos trabalhos sociais comunitários, pode-se dizer que as decisões coletivas organizadas por essas entidades movem a comunidade. No que tange aos mutirões realizados aos sábados, a alimentação do dia fica sob o encargo das instituições comunitárias locais, isto é, AQUICAETÉ, CEBs, Igreja Evangélica Assembleia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular e Clube de Futebol Atlético. Essa prática se perpetua há vários anos é ensinada para os mais novos e assim a tradição consegue ser mantidas em várias gerações.

Encontram-se oficializadas no documento “Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo” cento e dezoito (118) famílias. Dentro do território do Quilombo da comunidade da Vila de Caeté, existe na área da saúde, um posto de atendimento à saúde e uma ambulância.

Para assistência da produção agrícola existe uma casa de farinha manual coletiva e um trator mecanizado; na área da educação, há uma escola que funciona desde o maternal até o 5º ano das séries iniciais e nas séries finais do ensino fundamental funciona o projeto Mundiar. Quanto aos grupos religiosos existe a comunidade Evangélica, tais como a Quadrangular, a Assembleia de Deus e um Terreiro de Umbanda.

Nessa seção, o enfoque perpassou a questão de identidade cultural dos comunitários da Vila de Caeté, como se deu o processo identitário para essa comunidade ser reconhecida como terra de remanescente de Quilombo. Como se percebeu, a comunidade viveu por muito tempo sendo vista apenas como “Comunidade Rural”. A partir de 2006, foi que as discussões na Comunidade de Caeté começaram a ser feitas, por se acreditar que as terras eram de “remanescentes quilombolas” Ressalta-se que houve muitos conflitos agrários para essa efetivação e, principalmente, interesse de líderes comunitários locais, ligados ao movimento social, tendo como foco principal a luta para o reconhecimento oficial de uso coletivo das terras de Caeté, garantido constitucionalmente pelo Art. 68.

Desde então, a compreensão dos moradores do Quilombo de Caeté, como tendo uma identidade cultural própria, se constrói a cada dia, pois não é uma comunidade isolada ou de restos de senzalas, conforme algumas nomenclaturas se referem sobre o conceito de Quilombo, referindo esse espaço a coisas atrasadas. Pelo contrário, essa construção de identidade sempre está se reinventando, tanto que a comunidade cria suas próprias formas de resistência, luta contra vários tipos de opressões, do ponto de vista, social, cultural dominante, político dentre outros.

Para se falar em identidade é pertinente que se faça uma reflexão, pois tal categoria de análise é um tanto complexa. Nesse sentido, Hall (2005) assinala “quem precisa de identidade?” Pois, segundo o autor, depende do contexto social que cada indivíduo se enquadra, e esta vive em constante transformação. Do mesmo modo que se percebe em Hall, Laclau (1990, p. 33) destaca:

(..) se uma identidade consegue se firmar é apenas por meio da repressão daquilo que ameaça. Derrida mostrou como a constituição de uma identidade está sempre baseada no ato de excluir algo e estabelecer uma violenta hierarquia entre os dois polos resultantes – homem/mulher etc. Aquilo que é peculiar ao segundo termo é assim reduzido – em posição a essencialidade do primeiro - à função de um acidente. Ocorre a mesma coisa com a relação negro/branco na qual o branco e obviamente, equivalente a “ser humano”. A mulher e negro são assim, “marcas” (isto é, termo marcados) em contraste com os termos não-marcados homem e branco.

Podemos fazer uma reflexão em Hall (2005), acerca das questões ligadas à identidade cultural dos moradores de Caeté, pois a história cultural da comunidade estava sujeita a desaparecer, isto é, ficar no ‘silêncio e esquecimento’, graças aos conflitos gerados pela disputa da titulação agrária ocorrida na região. Assim sendo, como consta no Manual de Atuação 1, editada por Eliane Simões e Débora Stucchi, os direitos que os descendentes de quilombo possuem, é garantido por lei e está no Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 que “regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos” (SIMÕES; STUCCHI, 2014, p.19).

No artigo da pesquisadora Maria Albenize Malcher, que versa sobre identidade quilombola e território, a autora ressalta que não existe uma dissociação de identidade e território, isto significa que a construção do território produz uma identidade e esta produz o território. Assim, “(...) este processo é produto de ações coletivas, recíprocas, de sujeitos sociais. A territorialização, também é construção, movimento, no tempo e no espaço” (MALCHER, 2006, p.8).

De fato, como documento oficial até então, a Comunidade Quilombola do Caeté possuía apenas a Certidão de Autodefinição, reconhecida pela Fundação Cultural Palmares<sup>3</sup>, expedida em 2013, garantida pelo o Art. 68 da Lei nº 7.668 de 22 de Agosto delibera para o processo de identificação demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescente de quilombo, como foi o caso da Vila de Caeté.<sup>4</sup>

O dia 24 de março de 2018 foi uma data histórica para os moradores da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo do Caeté (AQUICAETÉ), pois receberam das mãos do Governador do Estado do Pará, Simão Robison Oliveira Jatene, o Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo. Este documento, expedido pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA), entre outras providências, estabelece que:

A Vila de Caeté está localizada no Ramal Vila de Caeté nos municípios de Abaetetuba e Barcarena, contendo área líquida de 1.345.3062 há (mil trezentos e quarenta e cinco hectares, trinta ares e sessenta e dois centiares), perímetro de 24.269.490 m, na forma de polígono IRREGULAR de trinta e sete (37), lados, inserta na Gleba Caeté, arrecadada e matriculada em nome do

---

<sup>3</sup> A Fundação Cultural Palmares (FCP) é uma entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura, que formula e implanta políticas públicas com o objetivo de potencializar a participação da população negra brasileira no processo de desenvolvimento, a partir de sua história e cultura.

<sup>4</sup> Documento nº 3. 015, Lv. 1.824 e FL. 042 - Fundação Cultural Palmares – Departamento de proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro - Abaetetuba- PA. Ano 2013.

Estado do Pará Registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Abaetetuba.  
Sob o nº3.005. Lv. 2-B e FL.88 (...)<sup>5</sup>.

Alguns elementos históricos da comunidade da Vila de Caeté se encontram no Livro Tombo<sup>6</sup>, citações seculares, de 1754 a 1836, como por exemplo, na apresentação do referido livro se observa a seguinte escritura: “Paroquia de Mojú, Livro do Tombo, Monsenhor Leal Vigário Geral, Ao Vigário de Mojú, Para Continuar o Trabalho” (LIVRO TOMBO, 1754-1854).

A expressão “continuar o trabalho”, ao que parece se refere ao trabalho desenvolvido nas comunidades da região do baixo Tocantins pela igreja católica registrada há bastante tempo, a contar de 1754-1854. Segundo se observa na segunda parte do documento, no qual se referem às capelas centenárias a Capela de Santíssima Trindade localizada na Vila de Caeté das quais ocupa a nona posição no registro geral do Livro Tombo. Com a data acima citada evidencia-se a existência da comunidade da Vila de Caeté, que por muito tempo se levantava apenas hipóteses de datas que se aproximavam a construção do espaço comunitário com isso se gerava muitas incertezas pelos moradores por não terem conhecimento de nenhum registro que se firmasse verdadeiramente ao histórico local.

Segundo os moradores mais velhos da comunidade Caeté, ao que se perceber em comum em suas narrativas com relação ao histórico da Vila de Caeté é que todos quando relatam a maneira em que vivem pessoal e coletivamente sempre se referenciam a igreja católica como sendo o centro onde tudo começou e ainda o chamam de capela lembrando os tempos passados.

Há também vários outros registros de eventos religiosos realizados pelo chamado Vigário, sobretudo o que ocorria naquele período séc. XVII, e, ao que se pode constatar, o vigário ainda era chamado de “Capitão”. Também como se pode perceber no referido documento, que foram realizadas várias missas de casamentos, de batizados, de fundação de capelas-igrejas, em capelas de cemitérios, e em vários outros povoados do município de Moju. Essa é uma evidência, registrada no Livro Tombo, e de fundamental importância que subsidiaram a legitimidade secular da comunidade de Caeté. Pouco se sabe sobre o processo de ocupação desta região, todavia o trabalho de Raimundo Magno Cardoso Nascimento<sup>7</sup> enfatizado em sua dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade

---

<sup>5</sup> Documento nº 3.005, Lv. 2-B e FL. 88 - Livro de Registro de Terras do Estado do Pará (ITERPA) - Abaetetuba-PA. Ano 2018.

<sup>6</sup> Data do Livro Tombo – 1754 a 854 - Encontrado na Paróquia do Divino Espírito Santo, na cidade de Moju-PA.

<sup>7</sup> Raimundo Magno Cardoso Nascimento, mestre em Sustentabilidade pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília–UNB,2017.

de Brasília–UNB, levantam indícios sobre como se caracterizou o processo de escravidão ocorrida nesta região:

Relatos orais de moradores da comunidade, no século XVII, por volta do ano de 1717, diversas pessoas foram levadas para o baixo Tocantins, para a localidade de Caeté e vizinhança para trabalhar em regime de escravidão em projeto de cacau, lavouras de mandioca, extração de madeira, dentre outras atividades, regime que perdurou por cerca de 120 anos. Pelo menos seis pessoas viviam em África e eram responsáveis principalmente pela coleta e limpeza do Cacoal na localidade, recebendo reforço de trabalhadores de acordo com a necessidade. Todo esse processo foi comandado um grupo identificado família Barata, assumindo posteriormente, Raimundo Barata que de acordo com os relatos seria o maior escravizador na região (...) (NASCIMENTO, 2017, p.23).

Pode-se perceber no título coletivo da Comunidade de Caeté que não só tem uma relação em comum com a história de construção de identidade cultural de Samaúma, África e Laranjituba, como também, pela questão territorial que a autora Malcher (2006) enfatizou como sendo um elemento que não segrega, não se separa. O documento acima faz referências citando a relação das comunidades principalmente pelas limítrofes com a Comunidade Quilombola de Samaúma.

## **2 Metodologia da pesquisa**

Esta pesquisa está enfocada principalmente nos relatos orais de memória dos moradores da comunidade quilombola da Vila Caeté, Como método de pesquisa de campo, optei pela entrevista semiestruturada e pelas técnicas de entrevista, e da observação para qual foram feitas por meio de questionário, com uso de gravador para o registro fidedigno das narrativas para essa discussão foram entrevistadas 5 (cinco) pessoas moradores (as) residentes na comunidade quilombola da Vila de Caeté tais como: senhor Evaristo Ferreira, que por sinal já foi presidente da associação por duas vezes, Amâncio Chaves, também foi um líder comunitário Valmir Santana, Robson Santos e Salustriana Nascimento todos os citados anteriormente já assumiram ou assumem algum cargo comunitário na comunidade Quilombola de Caeté.

Para obtenção dos dados coletados para a análise da pesquisa foi realizado no primeiro momento o Levantamento histórico de construção da comunidade e Associação AQUICAETÉ, foram entrevistados líderes comunitários da época do início do reconhecimento do quilombo do Caeté. O segundo passo foi juntar documentos, através de relatos orais de memória sobre, quais foram os documentos achados para essa conclusão, quais eram os indícios que levam a comunidade a ser quilombola, quais direitos o reconhecimento levou a comunidade acessar

quando foi que chegou o reconhecimento, quando foi que se formou, qual foi o processo que se formou para o reconhecimento junto aos órgãos públicos do governo, dentre outras questões levantadas.

### **3 o processo identitário da comunidade e seu reconhecimento**

Para realização dessa observação ressalta-se um dos entrevistados, o morador da Vila de Caeté que em seu relato menciona:

O reconhecimento da comunidade Quilombola eu lembro que, o que despertou a necessidade da gente fazer esse reconhecimento foi uma equipe de antropólogos da (UFPA) Belém, que vieram fazer um trabalho nas comunidades África e Sítio Samaúma, eles vieram fazer um trabalho de pesquisa de campo e encontraram vários resquícios de que ali naquele local tinha existido quilombos, engenhos que eram dos portugueses que eram os senhores dos escravos daquela época, então pra existir um Quilombo geralmente, por perto tinha uma fazenda, e aí foi a partir desse estudo desses pesquisadores da universidade, foi que nós tomamos conhecimento dessa questão ancestral.. Eu lembro que os pesquisadores interrogaram entrevistaram as pessoas aí que veio à tona a questão daquela fazenda que existia lá na Comunidade Quilombola do Cacoal era uma fazenda lá que tinha engenhos, ruínas acho que até hoje ainda tem eu já visitei lá eu já vi, então a gente começou a se interessar por esse assunto aí veio. A comunidade África e Laranjítuba, que foi a primeira a ser feito o processo de reconhecimento (...) (VSNS-53)<sup>8</sup>.

Além desses indícios acima apontados pelo entrevistado, se evidenciou ainda a existência de famílias pioneiras desta comunidade, tais como a família de senhor Custódio, pai de Dona Parcedes, que é moradora antiga da Vila Caeté. O senhor Julião, o primo de dona Perolina, reconhecido como o primeiro vereador negro da Vila de Caeté, pelo município de Moju, quando ainda a localidade pertencia ao referido município. Nesta perspectiva, a família do Luís Carlos Moraes, morador de Caeté, segundo (NASCIMENTO, 2017, p.23), tem ascendência que vem de um homem negro chamado Luiz Rezende de Moraes, o qual teria sido comprado pelo maior proprietário de escravos desta localidade da época chamado Raimundo Barata. Assim, segundo relatos dos mais antigos moradores, Rezende foi trazido para a região de Caeté para trabalhar em regime de escravidão, e que seus descendentes povoaram os Quilombos de Samaúma, África e Laranjítuba, localizados na zona rural no município de Abaetetuba-PA, e ainda dizem que ele é considerado um dos fundadores das comunidades acima citadas.

---

<sup>8</sup> Entrevista com (VSNS-53) concedida a Eleici Ramos Chaves, em 12 de maio, de 2018, na sede da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo do Caeté (AQUICAETÉ). Abaetetuba- PA.

Para se entender a história precisa-se ouvi-la. Assim, conforme Thompson (1992) a história tem um papel fundamental na vida do ser humano, pois, “são capazes de compreender melhor o meio em que vivem. Para isso, a História local pode ajudar o indivíduo a conhecer suas origens e as mudanças pelas quais vem passando” (THOMPSON, 1992, p.1). No caso onde foi realizada a pesquisa, os moradores idosos da comunidade Quilombola de Caeté, em suas falas, afirmam que antes mesmo da Comunidade ser reconhecida como Quilombola, havia um conceito de que as terras de Caeté abrangiam várias comunidades existentes hoje, que não existiam na época, tal questão é confirmada pela narrativa a seguir:

(...) faziam fronteira lá com Barcarena, iam até a Comunidade do Pedral, daí, ia até o Arienga, tudo era Caeté, aquele ramal da Comunidade de Aguapé onde fica o Areal, até lá eram terras de Caeté, tudo isso tanto é que as pessoas que moram lá eram daqui, as que moram não, as que eram descendentes, os ancestrais deles eram daqui do Caeté, e o que aconteceu, quando essa estrada passou ai a rodovia Moura Carvalho, as pessoas correram pra lá não pra ir pra beira da estrada, mas pra defender os seus limites, pra defender porque era lá que eles cultivavam (VSNS- 53)<sup>9</sup>.

Daisy Araújo, em seu Trabalho de Conclusão de Curso, explica como se dá a formação identitária da remanescência quilombola, com destaque para análise do texto constitucional e do termo quilombo sob a perspectiva historiográfica na seguinte afirmação:

O processo de escravização compôs a história brasileira por mais de trezentos anos e os números nos envergonham. Segundo dados apresentados por Gomes e Reis (1996), estima-se que para o Brasil vieram perto de 40% dos africanos, quase metade do número de africanos escravizados que chegaram às Américas. Homens e mulheres que obrigados a abandonar o “mundo livre” seguiram viagem ao “mundo da escravidão”, recepcionados com maus tratos, açoites, penas, fome e exploração do trabalho (ARAÚJO, 2009, p.21).

O trabalho da autora acima discute o termo “quilombo” que vai além de um direito constitucional garantido pelo art. 68, da Constituição Federal de 1988 “Quilombo se mescla com conflito direto, com confronto, com emergência de identidade para quem enquanto escravo é “coisa” e não tem identidade” (ARAÚJO, 2009, p. 30).

Assim, as primeiras denominações atribuídas ao termo “quilombo” foram vinculadas à etnia e, com o passar do tempo, à antropologia. Desse modo, os próprios sujeitos ditos “quilombolas” resignificaram o olhar para os povos quilombolas, como se pode perceber na afirmação abaixo:

Ao tratar sobre a discussão do termo “quilombolas” torna-se imprescindível resgatar a Constituição Federal de 1988, esta que usa a expressão

---

<sup>9</sup> Idem.

constitucional original “remanescentes das comunidades de quilombos” (Artigo 68 do ADCT/CF88). A expressão sofre alteração e o termo passa a ser apreendido como “comunidades remanescentes de quilombos”. Neste sentido, segundo Arruti (2006), não se trata apenas da inversão dos termos, houve principalmente uma redefinição, uma ressemantização do conceito, um processo de reconfiguração classificatória que se realiza no plano sociológico, como também, nos reordenamentos jurídicos. Esta mudança se consolida tanto em uma perspectiva política reivindicatória, como também, na perspectiva da nova interpretação científica, ambas amparadas, não mais em preceitos naturalistas (raça), e sim, em categorias de autodefinição dos agentes e das coletividades étnicas (FABIANO; SILVA ROCHA, 2018, p. 9).

Os autores acima citados chamam a atenção para esse novo conceito de identidade quilombola, que traz consigo vários direitos sociais a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, e se volta para questões territoriais, onde “estaria associada à ideia de pertencimento local”, fator crucial que identifica a etnicidade de um determinado grupo social. Assim sendo, quilombola é “identidade”, e, conforme Hall (2003, p.110), “as identidades são construídas por meio das diferenças das oposições e não fora dela” e essas diferenças devem ser respeitadas.

Em meados de 1980, as comunidades hoje conhecidas como quilombolas eram identificadas de muitas formas no Brasil, tais como: mocambos, quilombos, terras de santo, terra de preto, cafuzos; enfim, havia uma multiplicidade de identificação, isso foi muito pejorativo para o reconhecimento desses povos, pois, não se conseguia constituir uma unidade. Em 1986, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), junto com a Fundação Cultural Palmares (FCP) e quilombolas de todo o Brasil reuniram-se em Brasília para discutir a questão do povo negro. Então, duas principais entidades se destacaram: o movimento Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN/MA) e o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA). Tais entidades esclareceram que, a partir daquele momento, haveria uma “unificação” das Comunidades Quilombolas brasileiras em uma única “identidade coletiva”, no intuito de aglutinar forças para uma luta nacional conjunta (ARAÚJO, 2009).

Ressaltar essa identidade foi muito importante para a caracterização da comunidade de Caeté, que hoje é reconhecida como “Comunidade Remanescente de Quilombo do Caeté”, que tem um nome, identidade cultural, possui características próprias que mantêm sua identidade cultural local viva, bem como os conhecimentos tradicionais repassados de seus ancestrais, como se constata no modo de produzir artesanatos, mutirões de construção e de limpeza de locais para uso coletivo, além da prática de plantar e cultivar suas plantações, especificidades de conhecimentos tradicionais que agregam e se mantêm, como se pode perceber no relato a seguir:

Eu planto na minha roça: mandioca, arroz, milho, banana, abóbora, variadas culturas, sempre pela lua cheia, quarto crescente, que nossos avós diziam que nessa lua as plantas dão seus frutos mais graúdos, o melhor período de plantar também, é no mês chuvoso, geralmente, no período de dezembro até o mês de fevereiro, a mandioca deu bem esse ano na minha roça, o arroz, o milho, podia ter dado bem melhor, mais eu acho que foi por causa das sementes que não foram bem selecionadas, quer dizer as espigas de milho ela não deu graúda, ela deu miúda, mas bem cheia (EFC-58)<sup>10</sup>.

No artigo “Os Quilombos e as Novas Etnias”, Almeida (1999, p.43) ressalta que “é necessário que nos libertemos da arqueologia”, isto é, da definição jurídica colonial e imperial, que não leva em consideração os conhecimentos locais, inclusive fontes bem como a memória individual e coletiva dos agentes sociais. Segundo o autor acima citado, o termo quilombo, já vinha sendo retratado no clássico “A escravidão no Brasil-1866”, de Perdigão Malheiro. Essa definição de 1740, chamada também de Conselho Ultramarino, em resposta à consulta, quilombo ou mocambo “seria toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. Esperava-se que a partir da abolição de 1888 no Brasil, a definição desapareceria ou deixasse de existir, mas isso não ocorreu. Desse modo, um século depois a definição ressurgiu como “remanescente” na promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu Art. 68. Em pleno século XXI, ainda se nota, essa atribuição ao que restou do passado, principalmente no entendimento de alguns dos moradores da Comunidade da Vila de Caeté como se nota na expressão seguinte:

O reconhecimento quilombola foi uma luta muito grande nossa desde 2004, foram feitas várias reuniões em várias localidades daqui da redondeza e eu sempre participava ne? Discutia, teve uns que foram a favor e outros que eram contra, perguntavam porque que nos teríamos que aderir a esse processo quilombola, como iria ficar as delimitações das nossas terras né? Tudo isso, os títulos, porque que nos tínhamos que devolver, e passar ser uma título só, então foram muitas discussões e varias reuniões em muitas localidades, por aqui, Santarém Monte Alegre Camorituba, Cruzeiro enfim, assim foram surgindo as conversas, as discussões assim, foram surgindo, com um tempo eles deram entrada mas, era assim não era nada reconhecido, então com esse impacto as pessoas começaram a aderir achando que era bom, e eu creio que é bom, pelo menos ate então ta dando certo, mas o auto-reconhecimento mesmo, demorou chegar, teve um processo de luta e aceitação, ninguém sabia o que era isso, é porque quando diz ha vai ser quilombola, mas muito ate hoje nem sabe o que significa ser quilombola né? E eu acho assim no meu entender, que é uma renuncia, até nossa mesmo de muitos valores, muitas direitos muitos deveres, que vão se juntar lá na frente pra que agente possa unir... existiu uma pesquisa, de campo do Museu Emilio Goeldi, veio fazer um trabalho aqui de arqueologia, e encontraram, objetos dos antigos escravos, aquelas pessoas bem antiga diziam que aqui já foi uma sede de um município,

---

<sup>10</sup> Entrevista com (EFC-58) Concedida a Eleici Ramos Chaves, em, 09 de maio, de 2018, no Quilombo de Caeté Abaetetuba- PA.

onde funcionava ate praticamente, uma cidade onde você procurava um Cartório era aqui que você encontrava, tinha Delegacia, várias coisas ai, que hoje não tem, isso acabou daqui, aproximadamente em 1930, por ai, isso era meu pai que falava, hoje ainda tem algum antigo que eles falam sobre isso, e porque agente as vezes nem pergunta, mas têm eu ainda lembro dos Coretos que tinha aqui, a Casa Grande que era uma casa de luxo, onde o povo tudo era lá que fazia evento, quando eu era menina ainda, aos 04 anos ainda me lembro do resto da casa caindo era de barro, tem pessoas que diz o que vale e você se reconhecer, mas o que vale mesmo é o que esta escrito né? Que palavras vão ao vento. Eu sou quilombolas devido a reconhecimento da titulação, agente já vinha resgatando essas coisas, os valores da comunidade que se tinha perdido (...) (SN-57)<sup>11</sup>.

O sentimento de resistência não se observa apenas pela retomada de fatos passados relembrados pela memória da narradora, mas também pela preocupação com o tempo futuro. Ao perceberem situações conflituosas que constituem risco para a permanência da comunidade, os moradores se reúnem em busca de soluções. Nesse sentido, Silva (2010, p.5) expõe que “no quilombo, o negro buscou reconstruir sua identidade, contudo necessitou de unidade física, ou seja, o sentimento de possuir um espaço seu, que estava presente nesses refúgios, onde manteve suas raízes e procurou preservar sua memória”.

Aqui mesmo no Caeté, a gente tem lugares, por exemplo, que são característicos de Quilombo. Documento da comunidade da própria comunidade praticamente não existe, foi tudo extraviada sem agente ter esse conhecimento do documento, mas ele existia e sobre mesmo a as coisas dos quilombolas, o que eu tenho um pouco assim, de alguns matérias vamos dizer assim, ai atrás do meu terreno, um local, houve uns moradores pra lá e que, quando a gente fez uma roça pra lá, na beira do Igapó, a gente encontrou vários, tipos de objetos de cerâmica, inclusive o Adriano ele cavou uma, achou que assim, 1 metro e pouco pra dentro, fez um buraco e deu tipo assim numa chapa aquilo era grosso, aquilo era preto e tava lá no fundo, não sei o que poderia tá embaixo daquela chapa, quando ele deu com aquilo que ele pegou, quebrou, uma vez ele trouxe até um pedaço, tinha uns 3 centímetros de grossura, nós achamos muitos materiais, parece que cavavam e amontoavam nos buracos, eu ia até convidar pra gente cavar, lá por aquelas terruadas, pra ver se a gente acha mas coisas (EFC-58)<sup>12</sup>.

Discute-se no artigo de Almeida (1999), a importância da “incorporação da identidade coletiva para mobilizações e lutas”, pois, segundo o autor, existe uma diversidade de agentes sociais que moram em uma mesma comunidade e se auto identificam, em indígenas, negros, pretos, etc. Assim, o autor destaca que esse critério perpassa a questão morfológica e racial, a chama também de clivagens, essa questão não seria biológica, pois, a sociedade atual é “plural,

<sup>11</sup> Entrevista com (SN-57) Concedida a Eleici Ramos Chaves aos 22 dias de maio de 2018, no posto de saúde da Vila de Caeté. Abaetetuba-PA.

<sup>12</sup> Entrevista com (EFC-58) Concedida a Eleici Ramos Chaves aos 28 dias do mês de junho de 2018 na casa de farinha próxima a sua residência situada na Vila de Caeté. Abaetetuba-PA.

do futuro, que deve ser repensado”. Essa característica de agentes sociais que deve ser construtiva segundo o autor. Pode-se constatar essas mesmas especificidades no relato do morador caeteense:

Eu me identifico como Quilombola através de meus ancestrais a miscigenação e grande é visível, como já havia dito o meu avô era português mas minha avó Linda, era daqui, era descendentes de negros, os nascimentos aqui eram todos negros [...] desde o início, e eu ouvia dos mais velhos que na verdade, quando foi trazido, foi criado o cemitério aqui e começada a construção da igreja católica esses foram os primeiros passos de organização da comunidade mas obviamente que naquela época nós não tínhamos esse conceito de comunidade Quilombola, não tinha isso, mais a gente sempre teve, essa convivência com pessoas negras que eram descendentes de escravos né, os mais antigos mesmo eram várias pessoas mesmo que eram descendentes de escravos que eram negros a gente teve na maioria de nosso povo agente sempre teve pessoas negra aqui na comunidade. Com o andar do tempo começaram vir outras pessoas, até por conta das festividades que aconteciam aqui na comunidade, a questão do esporte o pessoal começou a frequentar e aí as pessoas daqui já foram casando com outras pessoas de fora, e a miscigenação veio, mas a formação do nosso povo ela sempre foi de formação negra e indígena também, as características de nosso povo, são essas, uma miscigenação mas que sempre teve o sangue negro forte no meio da gente (...) (VSNS-53)<sup>13</sup>.

Dando prosseguimento à discussão sobre as diversas especificidades e diversidades de identidade presentes em um mesmo local, pode-se notar na narrativa de um jovem morador do quilombo de Caeté, a reprodução de uma concepção presa a herança genética principalmente relacionada à cor da pele negra que a sociedade definiu sobre remanescentes quilombolas. Segundo Silva (2010, p.6) “a sociedade sempre foi marginalizada estereotipando o ser negro ao longo de sua história”. Como se pode notar na entrevista:

Eu me identifico como Quilombola porque, dentro das nossas veias corre, um sangue de guerreiros que passaram por essa terra e deixaram descendente, que precisam lutar também, porque nós temos uma identidade que precisa ser apresentada ao mundo, porque hoje em dia, tem muito preconceito contra nossa identidade de nós que somos negros Quilombolas, então aqui em busca de espaços, nós estamos conseguindo, dia pós dia, por essa luta por essa raça. A minha expectativa para o futuro é das melhores, e ser felizes através da nossa cultura, daquilo que nós fazemos, tipo, nós queremos o melhor da nossa comunidade, queremos ver essa comunidade crescer e ser modelo para as outras comunidades, como uma comunidade unida que consegue o seu objetivo através da união (...). A comunidade foi fundada com o objetivo de que essa cultura não se perdesse, porque nos, temos uma história que precisa, ser contada, a comunidade foi registrada como uma comunidade Quilombola, veio primeiro uma carta da Fundação dos Palmares, dessa carta que agente foi resgatar, foi reconhecer essa comunidade, como comunidade Quilombola, foi encontrado objetos, como pedaços de cerâmicas, de pratos, garrafas de argila,

<sup>13</sup> Entrevista com (VSNS-53) Concedida a Eleici Ramos Chaves, em, 12 de maio, de 2018, na sede da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo do Caeté (AQUICAETÉ), Abaetetuba-PA

tudo se encontrou em terrenos quando foi escavado foi visto e também a igreja católica que é uma igreja centenária que é feita toda com uma estrutura de pedras e argila, então isso é um trabalho de antepassados que passaram por aqui, que deixaram, essa riqueza, essa cultura. conceito do que é verdadeiramente ser quilombola saber que um povo lá atrás, sofreu, pra que nos se espelhasse neles e nunca parar de lutar pelos nossos direitos, pelos nossos ideais, eles sofreram mas conseguiram o seu objetivo, deixar a sua marca, nós somos a marca da dor, mas também de alegria, que nós possamos, transformar aquela dor em alegria na cultura que nós temos, no carimbó, na capoeira, na culinária em várias outras coisas, nossos somos ricos nesses conceitos, então, que nós possamos, aproveitar e nos manifestar através da nossa cultura não deixar ser destruída por outras pessoas que não conhecem, a nossa história, ou conhece mas tem o preconceito conosco (RSR-20)<sup>14</sup>.

Segundo os moradores da Vila de Caeté, o povoado assim chamado também há anos possuía uma organização que era conduzida pela entidade religiosa católica, depois com o apoio do clube de futebol, antes de se criar a entidade AQUICAETÉ. Nas reuniões que aconteciam organizadas pela entidade, segundo relatos dos moradores, sempre tratavam de assuntos sociais, assim a comunidade conseguiu manter uma organização social por muito tempo. Os moradores tiveram suas inquietações sobre sua origem, e essas interrogações surgiam, principalmente, a partir das histórias contadas pelos idosos, pois dizia-se que a Igreja católica que está situada no centro do povoado fora construída pelos escravos, contam ainda que os escravos a moldaram construindo apenas com pedras grandes e argila.

Não sabiam dizer quais nomes construíram esse patrimônio histórico, passaram-se anos e o modo de organização que a vila de Caeté vinha desenvolvendo foi chamando a atenção de outras comunidades vizinhas, de pesquisadores de universidades, os próprios filhos do lugar foram ingressando nas universidades e foram abordando com mais afinco o assunto sobre o histórico da Vila de Caeté. Desde 2006 até os dias atuais os moradores já estavam esperando a certificação do Estado. A comunidade já se autodefinia, pois, o Decreto 4.887/03 define como critério de reconhecimento a autodefinição da própria comunidade. Porém, as terras de Caeté, foram definidas como de uso coletivo, como já foi relatado anteriormente, e assim, depois de comprovadas, as pesquisas dos arqueólogos, os moradores foram identificados, titulados como ocupantes de terras remanescentes de quilombo.

### **Considerações finais**

O trabalho de pesquisa desenvolvido na comunidade Quilombola da Vila Caeté fez um levantamento histórico no referido local sobre o processo de transição de comunidade rural para

---

<sup>14</sup> (RSR-20) entrevistado por Eleici Ramos Chaves em 21 de maio de 2018, em sua residência na Vila de Caeté. Abaetetuba-PA.

comunidade quilombola, buscou-se discutir a construção de sua identidade cultural e de sua autoafirmação como comunidade remanescente de quilombo.

As questões ligadas à identidade cultural dos moradores de Caeté, como já se mencionou, tornaram-se possíveis de serem percebidas, depois de conflitos gerados pela disputa da titulação agrária, que aconteceram na comunidade local. Ao perceberem situações conflituosas que constituíam risco para a permanência da comunidade, os moradores se reuniram em busca de soluções.

Com as discussões referentes ao processo de reconhecimento identitário, levando em consideração as fontes escritas e orais relacionadas a identidade quilombola, na vila de Caeté ficou evidente que a questão de território não tem possibilidade de se separar da identidade. Esta produz o território, que por sua vez, produz a identidade para ter significância como vimos no debate anterior. E, para os remanescentes do Quilombo do Caeté, foi o sentimento de pertencimento ao território que gerou toda a luta para que fossem tituladas as terras da região quilombola da Vila de Caeté, que para os comunitários significou um passo para o rompimento da opressão vivido por seus antepassados, pois com a certificação coletiva foi devolvida a dignidade desse grupo social. O sentimento de resistência não se observa apenas pela retomada de fatos passados, ressaltados pela memória, mas também pela preocupação com o tempo presente e o tempo futuro.

Quilombola é “identidade”, e as identidades se reinventam a cada geração são construídas por meio das diferenças e não fora dela. O processo de ressemantização também se vincula a questão da identidade voltada para ancestralidade, no sentido da etnia. As primeiras denominações atribuídas ao termo “quilombo” eram vinculadas à etnia e, com o passar do tempo, para a antropologia os próprios sujeitos ditos ‘quilombolas’, resignificaram o olhar para os povos quilombolas, para questões territoriais, associado à ideia de pertencimento local.

Assim, compreende-se, por meio das evidências, que as terras do quilombo da Vila de Caeté, foram ocupadas pelos moradores, provavelmente depois que os grandes escravocratas da região fracassaram. Eles mantinham os escravos para explorar a sua mão de obra, principalmente, na lavoura de cacau: a cultura que se cultivava na região. Porém, em meio a esses indícios levantados sobre o assunto em discussão, percebe-se que os moradores da Vila de Caeté se mantiveram resistindo no que tange à sua tradição cultural. A persistência e identidade de lugar esse povo em cuidar de seu território/identidade, desde o século XVII até os dias atuais, se constatou nas pesquisas feitas através de fontes orais com os moradores locais. Consequentemente, percebeu-se que as terras que eles ocuparam, relacionavam-se à garantia

de sua reprodução física, social, econômica e cultural, característica típica de comunidade tradicional que perpetuou por vários séculos.

## Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Os quilombos e as novas etnias: é necessário que nos libertamos da definição arqueológica. In: LEITÃO, Sérgio (Org.). **Direitos territoriais das comunidades negras rurais**. Documentos do ISA, n. 5. 1999.

ARAÚJO, Daisy Damasceno. “**Nós já estamos em cima desse chão**”: a questão da terra quilombola do Rio Grande-Bequimão MA. 2005. 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2005.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade**. 2005.

\_\_\_\_\_. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG; Brasília, 2003.

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ (ITERPA). **Livro de Registro de Terras do Estado do Pará**. Belém: ITERPA/DEAF/CPE/GCQ, 2018.

LACLAU, E. **New Reflections on the revolution of our time**. Londres: Verso, 1990.

MALCHER, Maria Albenize Farias Malcher. **Identidade Quilombola e Território**. 2006. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/120.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

NASCIMENTO, Raimundo Magno Cardoso. **Comunidade quilombolas África e Laranjituba um estudo das práticas e fenômenos que constituem sua gestão territorial tradicional**. Dissertação (Mestrado). Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília – UnB. Brasília, 2017.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Associação Brasileira de Antropologia. 296p. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SILVA, Adilson Rodrigues. **Fenômeno quilombola: a constituição da identidade cultural negra**. Revista Rascunhos Culturais, Coxim/MS v.1 n.1 p. 203 – 215 jan./jun.2010. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3715349.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

SILVA, Egnaldo Rocha; SILVA, Eduardo Pereira. **Memória e a construção social da identidade dos remanescentes quilombolas**. Revista África e Africanidades – Ano III – n. 12 – Fev. 2011 – ISSN 1983-2354. Disponível em: <[http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/12022011\\_16.pdf](http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/12022011_16.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2018.

ROCHA, Fabiano e Silva. **Relatório antropológico da Comunidade Quilombola São Zacarias II, município de São João do Sóter – MA**. 2018.

SIMÕES, Eliane; STUCCHI, Débora. **Territórios de povos e comunidades tradicionais e as unidades de conservação de proteção integral: alternativas para o asseguração de**

**direitos socioambientais.** Brasília: MPF, 2014. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/manual-de-atuacao/docs/manual-de-atuacao-territorios-de-povos-e-comunidades-tradicionais-e-as-unidades-de-conservacao-de-protecao-integral>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral.** 3° ed. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

## **FONTES ORAIS**

A.C.B.87 anos solteiro, aposentado morador da Vila de Caeté. Entrevista concedida a Eleici Ramos Chaves em 08 de fevereiro de 2017 em sua residência localizada na Vila de Caeté. Abaetetuba-PA.

E.F.C.58 anos casado, agricultor morador da Vila de Caeté. Entrevista Concedida a Eleici Ramos Chaves, em, 09 de Maio, de 2018, no quilombo de Caeté. Abaetetuba- PA.  
Entrevista com (EFC-58) Concedida a Eleici Ramos Chaves aos 28 dias do mês de junho de 2018 na casa de farinha próxima a sua residência situada na Vila de Caeté. Abaetetuba-PA.

R.S.R.20 anos solteiro, morador da Vila de Caeté. Entrevista, concedida a Eleici Ramos Chaves em 21 de maio de 2018, em sua residência na Vila de Caeté. Abaetetuba-PA.

S.N.57 anos solteira funcionária pública/técnica de enfermagem da comunidade de Caeté moradora da comunidade Quilombola do Caeté. Entrevista Concedida a Eleici Ramos Chaves aos 22 dias de maio de 2018, no posto de saúde da Vila de Caeté. Abaetetuba-PA.

V.S.N.S.53 anos, casado, funcionário público, morador da Vila de Caeté. Entrevista concedida a Eleici Ramos Chaves, em 12 de maio, de 2018, na sede da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo do Caeté (AQUICAETÉ). Abaetetuba- PA.

*Recebido em outubro de 2018.*

*Aprovado em dezembro de 2018.*